

Rumo Malha Sul S.A.

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Rumo Malha Sul S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rumo Malha Sul S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rumo Malha Sul S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Divulgação dos efeitos da adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil - Nota 4.1



A Companhia mantém compromissos relevantes decorrentes de contratos de arrendamento operacional, principalmente o contrato de arrendamento dos bens móveis e imóveis do Poder Concedente, que se enquadram no escopo do pronunciamento contábil CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil / IFRS 16 - Leases. Esse novo pronunciamento, com vigência para os períodos anuais iniciados em, ou após 1 de janeiro de 2019, introduziu aspectos contábeis complexos para a mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, especialmente com relação à determinação das taxas de desconto dos contratos de arrendamento.

Na mensuração do registro do direito de uso de um ativo, assim como do passivo de arrendamento, a Companhia utilizou premissas e julgamentos complexos, especialmente com relação à taxa de desconto dos contratos de arrendamento.

De acordo com o CPC 23 e IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia efetuou a divulgação relacionada aos potenciais impactos decorrentes da transição do novo pronunciamento com base nos contratos existentes em 31 de dezembro de 2018, dentre outras informações requeridas por essas normas.

Devido à complexidade e julgamentos envolvidos na determinação das taxas de desconto sobre empréstimo do arrendatário e relevância dos impactos dessa taxa na mensuração do passivo de arrendamento, assim como a relevância das divulgações dos efeitos da adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16, esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Analisamos o processo e os controles implementados pela Companhia para captura das informações necessárias para divulgação do potencial impacto da aplicação do novo pronunciamento e de outras informações requeridas pelas normas contábeis. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas utilizadas na determinação das taxas de desconto. Também avaliamos os julgamentos aplicados pela Companhia para as demais premissas utilizadas como prazo de arrendamento e custos agregados ao valor estimado do ativo de direito de uso. Avaliamos as divulgações e efetuamos testes documentais sobre a base de contratos de arrendamento utilizada para suportar os valores divulgados.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos descritos acima, consideramos que os efeitos da adoção inicial do CPC 6 (R2) - Contratos de Arrendamento / IFRS 16 - Leases e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos no Pronunciamento Técnico acima



referido e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rogério Hernandez Garcia
Contador CRC 1SP213431/O-5

RUMO MALHA SUL – RUMO MALHA SUL S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Rumo Malha Sul – Rumo Malha Sul S.A. (“Companhia”) controlada da Rumo S.A. (“Rumo” ou “Controladora”) submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, preparados de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

O principal tomador de decisões operacionais analisa a Companhia como parte de segmentos operacionais que diferem da informação individual dessas Demonstrações Financeiras. Desta forma, está disponível no site da Companhia e na CVM o relatório da Administração da controladora Rumo que contempla todos os segmentos.

Resultado (Valores em R\$ MM)	4T18	4T17	Var. %	12M18	12M17	Var. %
Receita Líquida	324,7	305,4	6,3%	1.372,0	1.214,5	13,0%
Custo dos Serviços Prestados	(349,7)	(350,7)	-0,3%	(1.338,7)	(1.245,3)	7,5%
Lucro (Prejuízo) Bruto	(25,0)	(45,3)	-44,9%	33,3	(30,8)	-208,2%
Margem Bruta (%)	-8%	-15%	7,2 p.p.	2%	-3%	5 p.p.
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	10,8	(30,1)	-135,9%	(63,0)	(108,0)	-41,7%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(4,0)	9,2	-143,6%	(15,6)	10,2	-252,4%
Depreciação e Amortização	117,4	133,4	-12,0%	444,7	432,7	2,8%
EBITDA	99,2	67,1	47,8%	399,4	304,2	31,3%
Margem EBITDA (%)	30,6%	22,0%	8,6 p.p.	29,1%	25,0%	4,1 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(50,2)	(70,8)	-29,1%	(242,8)	(327,4)	-25,8%
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-
Prejuízo	(68,4)	(137,0)	-50,1%	(288,1)	(455,9)	-36,8%

No trimestre findo em 31 de dezembro de 2018, a receita operacional líquida atingiu R\$ 324,7 milhões, crescimento de 6,3% em relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2017, em decorrência do aumento da tarifa média de transporte e do crescimento na demanda de transportes de produtos agrícolas e industriais. O EBITDA foi de R\$ 99,2 milhões, comparado a um EBITDA de R\$ 67,1 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2017, em decorrência da redução das despesas com vendas, gerais e administrativas, além do crescimento da receita detalhado anteriormente. A Companhia apresentou prejuízo de R\$ 68,4 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2018 comparado a um prejuízo de R\$ 137,0 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2017.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a receita operacional líquida atingiu R\$1.372,0 milhões, aumento de 13,0% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em decorrência do aumento da tarifa média de transporte e do crescimento na demanda. O EBITDA foi de R\$ 399,4 milhões, aumento representativo em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A Companhia apresentou prejuízo de R\$ 288,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a um prejuízo de R\$ 455,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Rumo Malha Sul S.A.

Balancos patrimoniais

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4867	-
Títulos e valores mobiliários	6	458.717	606.709
Contas a receber de clientes	7	168.143	136.009
Estoques	8	146.295	178.953
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		6.765	3.174
Outros tributos a recuperar	9	37.734	63.120
Adiantamento a fornecedores		670	1.384
Outros ativos		30.877	27.291
Ativo circulante		<u>854.068</u>	<u>1.016.640</u>
Contas a receber de clientes		5.054	-
Caixa restrito	6	35.080	49.435
Adiantamento a fornecedores	10	9.051	6.190
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.244	-
Outros tributos a recuperar	9	227.936	193.153
Depósitos judiciais	15	73.674	53.212
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	2.008
Outros ativos		41.486	48.035
Imobilizado	11	2.804.847	2.690.354
Intangíveis		22.066	22.106
Ativo não circulante		<u>3.221.438</u>	<u>3.064.493</u>
Total do ativo		<u>4.075.506</u>	<u>4.081.133</u>
	<u>Nota</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Passivos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	274.270	331.495
Arrendamento mercantil	16	8.174	11.678
Fornecedores	14	182.923	212.957
Ordenados e salários a pagar		100.289	69.624
Outros tributos a pagar		10.898	8.735
Arrendamentos e concessões	17	25.307	24.129
Adiantamentos de clientes	18	77.476	16.288
Receitas diferidas		2.647	3.733
Outros passivos financeiros	25.b	104.250	92.443
Outras contas a pagar		<u>9.428</u>	<u>41.612</u>

Passivo circulante		<u>795.662</u>	<u>812.694</u>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	1.240.699	932.059
Arrendamento mercantil	16	879	8.931
Outros tributos a pagar		480	6.278
Provisão para demandas judiciais	15	249.915	231.889
Arrendamentos e concessões	17	35.454	41.421
Pagáveis a partes relacionadas	10	649.639	1.158.869
Adiantamentos de clientes	18	47.063	232.619
Receitas diferidas		2.253	9.878
Outras contas a pagar		<u>4.944</u>	<u>8.480</u>
Passivo não circulante		<u>2.231.326</u>	<u>2.630.424</u>
Total do passivo		<u>3.026.988</u>	<u>3.443.118</u>
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	19		
Capital social		2.695.633	2.502.181
Adiantamento para futuro aumento de capital		2.050.000	1.543.452
Ajuste de avaliação patrimonial		(2.016)	(879)
Prejuízos acumulados		<u>(3.695.099)</u>	<u>(3.406.739)</u>
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>1.048.518</u>	<u>638.015</u>
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>4.075.506</u>	<u>4.081.133</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Sul S.A.

Demonstrações dos resultados para o exercício findo em

(Em milhares de Reais – R\$, exceto resultado por ação)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita operacional líquida	21	1.372.030	1.214.516
Custos dos serviços prestados	22	(1.338.698)	(1.245.291)
Lucro (prejuízo) bruto		33.332	(30.775)
Despesas comerciais	22	(7.443)	(10.285)
Despesas gerais e administrativas	22	(55.636)	(97.722)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(15.562)	10.234
Despesas operacionais		(78.641)	(97.773)
Resultado antes do resultado financeiro líquido		(45.309)	(128.548)
Despesas financeiras		(265.537)	(334.938)
Receitas financeiras		27.516	11.249
Variação cambial, líquida		(17.119)	(1.793)
Derivativos		12.322	(1.875)
Resultado financeiro líquido	23	(242.818)	(327.357)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(288.127)	(455.905)
Imposto de renda e contribuição social	13		
Imposto de renda e contribuição social		14	-
		14	-
Resultado líquido do exercício		(288.113)	(455.905)
Resultado líquido básico e diluído por ação	20		
Por ação ordinária		(0,0000005)	(0,0000023)
Por ação preferencial		(0,0000005)	(0,0000023)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Sul S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	AFAC	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de janeiro de 2017	2.502.181	1.543.452	(879)	(3.406.739)	638.015
Adoção inicial a norma CPC 48/IFRS 9	-	-	-	(247)	(247)
Saldo em 1º de janeiro de 2018	2.502.181	1.543.452	(879)	(3.406.986)	637.768
Resultado do exercício	-	-	-	(288.113)	(288.113)
Perdas atuariais com planos de pensão	-	-	(1.137)	-	(1.137)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	(1.137)	(288.113)	(289.250)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	700.000	-	-	700.000
Aumento de capital por meio de integralização de AFAC	193.452	(193.452)	-	-	-
Total das transações com acionistas	193.452	506.548	-	-	700.000
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.695.633	2.050.000	(2.016)	(3.695.099)	1.048.518

	Capital social	AFAC	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2017	2.502.181	193.452	(879)	(2.950.834)	(256.080)
Resultado do exercício	-	-	-	(455.905)	(455.905)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	(455.905)	(455.905)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.350.000	-	-	1.350.000
Total das transações com acionistas	-	1.350.000	-	-	193.452
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.502.181	1.543.452	(879)	(3.406.739)	638.015

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Sul S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(288.127)	(455.905)
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	444.736	432.724
Provisão para participações nos resultados e bônus	61.720	14.186
Perda apurada nas baixas do ativo permanente	261	(415)
Provisão de demandas judiciais	28.776	6.894
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(1.500)	(467)
Arrendamentos e concessões	97.181	96.637
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	243.366	292.741
Outros	(21.899)	(3.023)
	564.514	383.372
Varição em:		
Contas a receber de clientes	(25.938)	6.330
Adiantamentos de clientes	(124.339)	146.473
Outros impostos, líquidos	(18.946)	(41.175)
Estoques	34.967	(8.449)
Ordenados e salários a pagar	(31.055)	5.138
Fornecedores	(38.260)	16.116
Outros passivos financeiros	2.068	13.879
Adiantamentos a fornecedores	(3.696)	(6.190)
Arrendamentos e concessões a pagar	(105.657)	(108.236)
Demandas judiciais	(31.226)	(30.738)
Outros ativos e passivos, líquidos	(91.042)	(74.387)
	(433.124)	(81.239)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	131.390	302.133
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários	167.280	(534.882)
Caixa restrito	14.300	(10.682)
Caixa recebido na venda de outros ativos permanentes	-	42.401
Adições ao imobilizado e intangíveis	(560.310)	(751.661)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(378.730)	(1.254.824)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	652.182	210.328
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	(409.434)	(302.363)

Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(81.173)	(96.249)
Amortização de arrendamento mercantil - principal	(11.358)	(18.855)
Pagamento de arrendamento mercantil - juros	(12.340)	(27.583)
Instrumentos financeiros derivativos	14.330	(3.883)
Adiantamento para futuro aumento de capital	700.000	1.350.000
Partes relacionadas - Mútuo	(600.000)	(158.892)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	252.207	952.503

Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	4.867	(188)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	-	188
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4.867	-

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Sul S.A.

Demonstrações dos valores adicionados para o exercício findo em

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas		
Vendas de produtos e serviços	1.492.655	1.352.425
Outras receitas operacionais, líquidas	6.828	28.715
Perda esperada para créditos de liquidação duvi	1.500	467
	<u>1.500.983</u>	<u>1.381.607</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos vendidos e serviços presta	(471.433)	(453.534)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(11.974)	(74.633)
Outros	(21.815)	(16.995)
	<u>(505.222)</u>	<u>(545.162)</u>
Valor adicionado bruto	<u>995.761</u>	<u>836.445</u>
Retenções		
Depreciação e amortização	(444.736)	(432.724)
	<u>(444.736)</u>	<u>(432.724)</u>
Valor adicionado líquido produzido	<u>551.025</u>	<u>403.721</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	27.156	11.249
	<u>27.156</u>	<u>11.249</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>578.541</u>	<u>414.970</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	<u>302.004</u>	<u>285.158</u>
Remuneração direta	232.788	223.882
Benefícios	55.521	48.423
FGTS	13.695	12.853
Impostos, taxas e contribuições	<u>141.909</u>	<u>109.362</u>
Federais	118.657	86.682
Estaduais	22.640	21.981
Municipais	612	699
Remuneração de capitais de terceiros	<u>422.741</u>	<u>476.355</u>
Juros	270.334	338.606
Aluguéis	152.407	137.749
Remuneração de capitais próprios	<u>(288.113)</u>	<u>(455.905)</u>

Prejuízos retidos	<u>(288.113)</u>	<u>(455.905)</u>
	<u>578.541</u>	<u>414.970</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1 Contexto Operacional

A Rumo Malha Sul S.A. (“Companhia” ou “Rumo Malha Sul”) é uma sociedade por ações brasileira, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Curitiba - PR, que opera no segmento de transporte ferroviário principalmente na região Sul do Brasil. A Companhia é uma controlada da Rumo S.A. (“Rumo”).

A concessão e o contrato de arrendamento de ativos ferroviários da Companhia se encerra em fevereiro de 2027, renovável por mais 30 anos.

Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a Administração fez uma avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia no futuro previsível. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou um prejuízo do exercício de R\$238.113. Por outro lado, registrou R\$ 131.390 de geração de caixa nas atividades operacionais no exercício.

A gestão de caixa da Companhia é feita de forma centralizada e numa visão consolidada na Rumo, sendo que eventuais necessidades de caixa são supridas pelo controlador ou demais empresas do grupo quando necessário, os quais têm a capacidade de suprir a Companhia com a liquidez necessária, seja através de mútuos, aumento de capital ou AFACs, para a liquidação das suas obrigações de curto prazo. Dessa forma não há risco de continuidade operacional no curto prazo.

Restrições e condições de operação na concessão outorgada à Companhia.

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar sub-concessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

O contrato será extinto com a concretização dos seguintes fatos: convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; término do prazo contratual; encampação ou resgate, por interesse público superveniente à concessão, mediante a devida indenização; anulação por ilegalidade da concessão ou do contrato; infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços; por encampação pela União dos serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível. Ocorrendo a encampação, os acionistas da Companhia serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

Rumo Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2 Base de preparação e principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela administração em sua gestão.

Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Certos montantes dos saldos comparativos na nota 21 despesas por natureza foi reclassificado para melhorar o nível de detalhamento das divulgações nessas demonstrações financeiras. Essas reclassificações tiveram impactos insignificantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 22 de fevereiro de 2019.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do principal ambiente econômico em que opera, gera e consome caixa.

2.3 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS e CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas no final do exercício de relatório. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Revisões de estimativas contábeis são reconhecidas de forma prospectiva. As informações sobre julgamentos críticos e as incertezas em relação às políticas contábeis adotadas que impactam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 11 Imobilizado**

O cálculo da depreciação e amortização de ativos intangíveis e imobilizados inclui as estimativas das vidas úteis.

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. A redução ao valor recuperável ocorre quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

Rumo Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- **Nota 16 Compromissos de arrendamento**

A determinação de se um acordo é ou contém um arrendamento baseia-se na substância do acordo na data de início. A classificação do arrendamento como operacional ou financeira é determinada com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos. A Companhia identificou os casos em que assume substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade dos referidos ativos, registrando esses casos como arrendamento financeiro.

As estimativas decorrentes da adoção inicial do IFRS 16 incluem estimativas significativas relacionadas aos prazos dos arrendamentos, à taxa de desconto dos fluxos futuros e outras variáveis que afetam a aplicabilidade da norma ou o seu impacto.

- **Nota 13 Imposto de renda e contribuição social diferido**

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na extensão em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual estes possam ser utilizados. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

- **Nota 24 Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como taxa de juros, risco de liquidez e risco de crédito. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros.

- **Nota 15 Provisão para demandas judiciais**

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.4 Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos contábeis, incluindo o nível de hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Rumo Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, sempre que possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia divulga as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (como por exemplo, empréstimos em moeda estrangeira com estrutura de *hedge*);
- pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados pelo valor justo;

Rumo Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia a todos os exercícios e períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Títulos e valores mobiliários

As aplicações em títulos com vencimento superior a três meses na data da compra e outros títulos para os quais haja mais do que um insignificante risco de mudança de valor devido à taxa de juros, preço cotado ou multa no saque são classificados como títulos e valores mobiliários. Em geral, medimos o valor justo usando preços obtidos de serviços de precificação. Métodos e entradas de preços para modelos de avaliação usados pelos serviços de precificação dependem do tipo de garantia (ou seja, classe de ativos). Quando possível, os valores justos são gerados usando informações de mercado, incluindo preços cotados (o preço de fechamento em um mercado de câmbio), preços de compra (o preço pelo qual um comprador está pronto para comprar) e outras informações de mercado. Para títulos de renda fixa que não são negociados ativamente, os serviços de precificação usam métodos alternativos para determinar o valor justo dos títulos, incluindo cotações para títulos de renda fixa semelhantes, precificação matricial, fluxo de caixa descontado usando curvas de referência ou outros fatores. Em certos casos, quando os dados de mercado não estão disponíveis, podemos usar cotações de corretoras para determinar o valor justo.

Ganhos e perdas realizados e rendimentos de juros em todos os nossos títulos negociáveis, e ganhos e perdas não realizados em títulos não classificados como disponíveis para venda são registrados como receita de juros de serviços não financeiros e outras receitas/(perda), líquida.

3.2 Estoques

Os estoques são registrados pelo menor valor entre o custo médio e o valor realizável líquido.

O custo compreende materiais diretos, mão-de-obra direta e uma proporção adequada de despesas gerais variáveis e fixas, sendo as últimas alocadas com base na capacidade operacional normal. Os custos são atribuídos a itens individuais do estoque com base nos custos médios ponderados.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos custos estimados necessários para efetuar a venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.3 Imobilizado

• Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- i) o custo de materiais e mão de obra direta;
- ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida;
- iii) uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção dos equipamentos e restauração do local em que eles estão localizados, quando a Companhia tem a obrigação de retirar o bem ou restaurar o local; e

Rumo Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- iv) custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

- **Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

- **Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do momento em que estiverem disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de bens do ativo imobilizado menos seus valores residuais estimados usando o método linear ao longo de suas vidas úteis estimadas. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado do exercício, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor prazo entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a menos que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade no fim do prazo da locação. Terrenos não são depreciados.

A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil média de cada ativo, seguindo as taxas percentuais anuais demonstradas abaixo:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Aeronaves, embarcações e veículos	10% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício, ou quando houver alteração significativa no padrão de consumo, previsto, tais como incidente relevante e obsolescência técnica. Eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil de reformas de material rodante (vagões e locomotivas), estimativa que passou a ser aplicada em 01 de janeiro de 2018.

Rumo Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

3.4 Intangível

- **Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e possuem vida curta são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

- **Despesas subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- **Amortização**

Os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou adquiridos.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado.

3.5 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.6 Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada negócio, utilizando informações disponíveis no mercado e desempenho anterior. Fluxos de caixa descontados foram elaborados ao longo de um período de dez anos e transportados em perpetuidade sem considerar uma taxa de crescimento real. A Administração entende o uso de períodos superiores a cinco anos na preparação dos fluxos de caixa descontados, uma vez que reflete o tempo estimado de uso do ativo e dos grupos de negócios.

As premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa descontado - estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto são utilizadas em nossa avaliação de redução ao valor recuperável de ativos na data do balanço. Nenhuma mudança razoavelmente plausível em uma suposição chave causaria prejuízo.

3.7 Benefícios a empregados

- **Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios a empregados de curto prazo são mensuradas em uma base não descontada e são contabilizadas conforme o serviço relacionado seja prestado. Um passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em bônus em dinheiro de curto prazo ou planos de participação nos lucros se o grupo tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação pode ser estimada de forma confiável.

Rumo Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- **Benefícios pós-emprego**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

3.8 Receita

- **Receita de serviços**

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas quando a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de frete rodoviário, de transporte de contêineres e elevação portuária, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

- **Receita diferida**

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

3.10 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

- **Ativos arrendados**

Ativos detidos pela Companhia no âmbito de contratos de arrendamento que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os ativos detidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- **Pagamentos de arrendamentos**

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos linearmente como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada exercício durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Os valores pagos antecipadamente pela Companhia são registrados no ativo e alocados no resultado linearmente no decorrer do prazo do contrato. Os encargos incorridos no exercício de carência são registrados no resultado e mantidos como obrigações a pagar, sendo baixados proporcionalmente ao pagamento das parcelas correntes.

3.11 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado perda e contraprestação contingente, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

3.12 Impostos e contribuições

Imposto de renda abrange o imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%. As despesas com imposto compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

- **Imposto de renda e contribuição social corrente**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente a pagar também inclui qualquer obrigação tributária decorrente da declaração de dividendos.

Rumo Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- **Imposto de renda e contribuição social diferido**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- i) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;

A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, na data do balanço, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, se são impostos relacionados a mesma entidade tributável, ou em diferentes entidades fiscais, mas que pretendem resolver passivos fiscais correntes e ativos em uma base líquida, ou se seus ativos e passivos fiscais sejam realizados simultaneamente.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal será realizado.

- **Impostos indiretos**

A receita é reconhecida líquida de descontos e impostos sobre prestação de serviços.

- **Riscos fiscais**

Na determinação do montante de imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e os juros adicionais podem ser devidos.

Esta avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem tornar-se disponíveis, que pode fazer com que a Companhia mude sua decisão sobre a adequação das obrigações fiscais existentes; tais alterações terão impacto na despesa de imposto no exercício em que tal determinação é efetuada.

3.13 Instrumentos financeiros

- **Derivativos**

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como:

- i) *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); ou
- ii) *hedge* de um risco particular associado aos fluxos de caixa de ativos e passivos reconhecidos e transações previstas altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa).

Rumo Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo se mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. Os movimentos na reserva de *hedge* no patrimônio líquido estão demonstrados na Nota 28. O valor justo total de um derivado de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses.

Derivativos são usados apenas para fins de *hedge* econômico e não como investimentos especulativos.

- i) Derivativos que não se qualificam para contabilidade de *hedge*

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para contabilidade de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

- **Mensurações de valor justo reconhecidas**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros.

Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- i) o uso de preços de mercado cotados ou cotações de revendedores para instrumentos similares.
- ii) para *swaps* de taxa de juros - o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis;
- iii) para *swaps* de moeda estrangeira - valor presente dos fluxos de caixa futuros com base nas taxas de câmbio a termo na data do balanço;
- iv) para opções em moeda estrangeira - modelos de precificação de opções; e
- v) para outros instrumentos financeiros - análise do fluxo de caixa descontado.

Todas as estimativas de valor justo feitas pela Companhia estão incluídas no nível 2.

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas do valor justo, e reporta diretamente ao Conselho.

A tesouraria regularmente revisa insumos não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível na hierarquia de valor justo na qual as avaliações devem ser classificadas.

Rumo Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas premissas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- ii) Nível 1: as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- iii) Nível 2: as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da empresa são em títulos e valores mobiliários e contratos de derivativos.
- iv) Nível 3: para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

3.14 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

3.15 Fluxos de caixa

- **Classificação de juros**

- i) Os juros recebidos ou pagos são classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento, pois a Companhia considera que referem-se aos custos de obtenção recursos financeiros.

3.16 Mudanças nas políticas contábeis significativas

CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros substitui o IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, reunindo todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros: (i) classificação e mensuração; (ii) imparidade; e (iii) contabilidade de hedge.

A Companhia aplicou o CPC 48 / IFRS 9 com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2018, retrospectivamente, exceto conforme descrito abaixo:

- A Companhia adotou a exceção de não rerepresentar informações comparativas de exercícios anteriores em relação aos requisitos de classificação e mensuração (incluindo perdas por redução ao valor recuperável). As diferenças nos saldos de ativos e passivos financeiros decorrentes da adoção do IFRS 9 foram registradas em lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018. Assim, as informações apresentadas para 2017 geralmente não refletem os requerimentos do CPC 48 / IFRS 9, mas os requerimentos do IAS 39;

Rumo Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- Determinadas definições foram feitas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da aplicação inicial: i) determinação do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido; ii) a designação e revogação de designações anteriores de certos ativos e passivos financeiros como mensurados ao valor justo por meio do resultado; e
- Todas as designações de relacionamento de hedge de acordo com o IAS 39 existentes em 31 de dezembro de 2017 atendem aos critérios de hedge de acordo com o IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018 e são, portanto, designadas como relações de hedge contínuas.

O impacto total sobre a Companhia em 1º de janeiro de 2018 é o seguinte:

Ativo	
Contas a receber de clientes	(392)
Patrimônio líquido	
Resultado acumulados	392

i) Classificação e mensuração

Exceto por certos recebíveis comerciais, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro pelo seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, os instrumentos financeiros de dívida são mensurados subsequentemente pelo valor justo por meio de resultado (VJR), custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam “apenas pagamentos de principal e juros” sobre o montante de capital em dívida.

A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de “Principal e Juros”. Esta categoria inclui as contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, recebíveis de partes relacionadas, outros ativos financeiros e dividendos e juros sobre capital próprio a receber. Nenhuma remensuração dos ativos financeiros foi realizada.

A avaliação dos modelos de negócio da Companhia foi efetuada a partir da data de aplicação inicial em 1 de janeiro de 2018 e posteriormente aplicada retrospectivamente aos ativos financeiros que não foram desconhecidos antes de 1 de janeiro de 2018. A avaliação se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos de dívida são unicamente compostos de principal e juros foi feita com base nos fatos e circunstâncias como no reconhecimento inicial dos ativos.

A contabilização dos passivos financeiros da Companhia permanece basicamente a mesma da IAS 39. Semelhante aos requisitos da IAS 39, o CPC 48 / IFRS 9 exige que contraprestações contingentes sejam tratadas como instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, com as variações no valor justo reconhecidas no resultado.

Os derivativos embutidos não são separados do ativo financeiro vinculado. Em vez disso, os ativos financeiros são classificados com base em seus termos contratuais e no modelo de negócios da Companhia.

A contabilização de derivativos embutidos em passivos financeiros e em contratos não financeiros vinculados não mudou do exigido pela IAS 39.

Rumo Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

ii) *Impairment*

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 alterou fundamentalmente a contabilização da Companhia para perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, substituindo a abordagem de perda incorrida da IAS 39 por uma abordagem de perda de crédito esperada.

A Companhia reconhece uma provisão para perda de crédito esperada para seu contas a receber. É aplicada a abordagem simplificada da norma e calculadas as perdas de crédito esperadas para a vida inteira do ativo. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisão que se baseia na experiência histórica de perda de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A adoção dos requisitos de perda de crédito esperada do CPC 48 / IFRS 9 resultou em aumento nas provisões para perdas da Companhia no montante de R\$ 392. O aumento na provisão resultou em ajuste aos lucros acumulados no montante de R\$ 392.

A redução ao valor recuperável, enquadra-se entre as isenções do princípio geral de aplicação desta norma para exercício comparativos. A Companhia utilizou o modelo de transição sem reapresentação de saldo comparativo, reconhecendo os impactos da adoção da norma nos prejuízos acumulados.

CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com cliente

O CPC 47 / IFRS 15 tem como princípio fundamental o reconhecimento de receita quando os serviços são transferidos para o cliente pelo preço da transação. A receita é reconhecida de acordo com esse princípio, aplicando-se um modelo de 5 passos:

- i) Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente;
- ii) Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato;
- iii) Passo 3: Determinar o preço da transação;
- iv) Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e
- v) Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

A Companhia, ao avaliar os contratos com cliente, utiliza julgamento para identificar se os contratos podem ser combinados, se há modificações de contratos, determinar serviços distintos e se as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo ou em determinado momento, se há descontos implícitos no contato e determinar componentes de financiamento significativos. Além disso, a Companhia faz uso de estimativas ao determinar a contraprestação variável e seus preços de serviços individuais quando utilizar metodologia de alocação.

Na avaliação da Companhia, não foram identificados efeitos significativos da adoção do CPC 47 / IFRS 15 que afetassem essas demonstrações financeiras.

Registramos todas as vendas de serviços somente quando um contrato ou acordo está em vigor, à medida que os serviços são prestados e a cobrança do preço de serviço fixo ou determinável está razoavelmente assegurado. Nós reconhecemos qualquer perda que esperamos incorrer nestes acordos quando essa perda for provável.

A Companhia não espera ter nenhum contrato em que o período entre a transferência dos serviços prometidos para o cliente e o pagamento pelo cliente exceda um ano sem aplicação de índices de correção. Como consequência, a Companhia não ajusta nenhum dos preços das transações pelo valor do dinheiro no tempo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Certas normas novas e alterações às normas são efetivas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2019 e a aplicação antecipada é permitida; no entanto, a Companhia não adotou antecipadamente as seguintes novas normas ou alterações às normas na preparação destas demonstrações financeiras.

4.1 CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil (correspondente ao IFRS-16 - Leasing)

Esses padrões alteram o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos. Ela exige que os arrendatários registrem todos os arrendamentos no balanço patrimonial com isenções disponíveis para arrendamentos de baixo valor e curto prazo. Durante o ano de 2018, a Companhia concluiu os preparativos para os novos requisitos da IFRS 16.

A Companhia arrenda diversas propriedades, equipamentos e carros. Os contratos de aluguel são normalmente feitos por períodos fixos, mas podem ter opções de extensão. Os termos do arrendamento são negociados individualmente e contêm uma ampla variedade de termos e condições diferentes. Os contratos de arrendamento não impõem *covenants*, mas os ativos arrendados não podem ser usados como garantia para fins de empréstimo.

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado é disponibilizado para uso pela Companhia. O custo financeiro é reconhecido no resultado durante o período do arrendamento, de modo a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O ativo do direito de uso é depreciado pelo método linear durante a vida útil, determinada pelo menor entre a vida do ativo e o prazo do arrendamento.

Ativos e passivos decorrentes de arrendamento mercantil serão inicialmente mensurados com base no valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos seguintes pagamentos de aluguel:

- i. pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em substância), menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber;
- ii. pagamento de aluguel variável que é baseado em um índice ou uma taxa;
- iii. montantes esperados a pagar pelo locatário sob garantias de valor residual;
- iv. o preço de exercício de uma opção de compra, se for razoavelmente certo que o arrendatário exerça essa opção, e
- v. pagamentos de multas pela rescisão do contrato de arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir que o arrendatário exercerá essa opção.

Os pagamentos da locação serão descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento, se essa taxa puder ser determinada, ou a taxa de empréstimo incremental da Companhia.

Os ativos de direito de uso serão mensurados ao custo, incluindo:

- i. o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- ii. quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes ou na data de início, menos quaisquer incentivos recebidos;
- iii. quaisquer custos diretos iniciais e;

Rumo Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

iv. custos de restauração.

Pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor continuarão a ser reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo de locação de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor compreendem equipamentos de informática e pequenos itens de mobiliário de escritório.

As opções de extensão e rescisão estão incluídas em vários arrendamentos de propriedades e equipamentos em toda a Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gerenciamento de contratos.

Para otimizar os custos de arrendamento durante o período do contrato a Companhia algumas vezes fornece garantias de valor residual em relação aos arrendamentos de equipamentos.

Durante 2018, a Companhia efetuou uma avaliação detalhada do impacto do CPC 06 (R2). O impacto inicial aproximado (aumento/(redução)) da adoção do CPC 06 (R2) está estimado em:

	<i>Range</i>	
Ativos		
Ativos de direito de uso	<u>450.000</u>	a <u>470.000</u>
	450.000	470.000
Passivos		
Arrendamento a pagar	<u>645.000</u>	a <u>655.000</u>
	645.000	655.000
Impacto no patrimônio líquido	(195.000)	a (185.000)

A Companhia aplicará o IFRS 16 usando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, a informação comparativa não será atualizada e continuará a ser apresentada sob o IAS 17 e IFRIC 4. Os detalhes das políticas contábeis de acordo com o IAS 17 e IFRIC 4 serão divulgados separadamente se forem diferentes daquelas sob o IFRS 16.

4.2 IFRS 17 - Contratos de seguros

Esta norma introduz um novo modelo para contabilização de contratos de seguro. A IFRS 17 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021, com valores comparativos exigidos. Com base em trabalhos preliminares, estimamos que o impacto será irrelevante. Estamos no processo de revisar nossos acordos existentes para determinar o impacto na adoção.

4.3 Interpretação IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda

A Interpretação aborda a contabilização dos impostos sobre o rendimento quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afeta a aplicação da CPC 32 / IAS 12 e não se aplica a impostos ou taxas fora do âmbito da CPC 32 / IAS 12, nem inclui especificamente requisitos relativos ao tratamento de juros e penalidades associados a impostos incertos.

A Companhia está sujeita a exame pelas autoridades fiscais, com os cinco anos fiscais abertos em geral. A Companhia possui fiscalizações em andamento em vários estágios de conclusão, uma das quais pode concluir dentro dos próximos 12 meses. Contudo, nesse momento, a Companhia não possui incertezas quanto ao tratamento de tributo sobre o lucro.

4.4 Alterações ao CPC 48 / IFRS 9: Características de pré-pagamento com compensação negativa

Um instrumento de dívida pode ser mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo através de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto (critério de SPPI) e o instrumento é realizado dentro do modelo de negócios apropriado para essa classificação. As alterações esclarecem que um ativo

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

financeiro cumpre o critério de SPPI, independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente de qual parte paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato.

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. Essas alterações não têm impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4.5 Alterações ao CPC 33 / IAS 19: Características de pré-pagamento com compensação negativa

As alterações à IAS 19 abordam a contabilização quando ocorre alteração, redução ou liquidação de um plano durante o período. As alterações especificam que quando um aditivo ao plano, redução ou liquidação ocorre durante o período de uma entidade é obrigada a:

- i. Determinar o custo do serviço corrente pelo restante do período após a alteração, redução ou liquidação do plano, usando as premissas atuariais usadas para medir novamente o passivo (ativo) líquido de benefício definido, refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após esse evento; e
- ii. Determinar juros líquidos pelo restante do período após a alteração, redução ou liquidação do plano, utilizando: o passivo (ativo) líquido de benefício definido, refletindo os benefícios oferecidos sob o plano e os ativos do plano após esse evento; e a taxa de desconto utilizada para medir novamente esse passivo (ativo) líquido de benefício definido.

As alterações também esclarecem que uma entidade primeiro determina qualquer custo do serviço passado, ou um ganho ou perda na liquidação, sem considerar o efeito do teto do ativo. Esse valor é reconhecido no resultado. Uma entidade então determina o efeito do teto do ativo após a alteração, redução ou liquidação do plano. Qualquer alteração nesse efeito, excluindo as quantias incluídas nos juros líquidos, é reconhecida em outro rendimento integral.

As alterações aplicam-se a alterações, reduções ou liquidações do plano ocorridas no ou após o início do primeiro período de reporte anual que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2019. Estas alterações aplicar-se-ão apenas a futuras alterações, reduções ou liquidações.

4.6 Melhorias anuais ao ciclo de normas IFRS 2015-2017

i) CPC 32 / IAS 12 Imposto de renda

As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda dos dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações passadas ou eventos que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos acionistas. Portanto, reconhece os efeitos do imposto de renda sobre os dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido de acordo com o local em que a entidade originalmente reconheceu aquelas transações ou eventos passados.

A Companhia aplica essas alterações para períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2019. Não são esperados efeitos nas demonstrações financeiras.

ii) CPC 20 / IAS 23 Custos de empréstimos obtidos

As alterações esclarecem que uma entidade trata como parte de empréstimos em geral qualquer empréstimo originalmente feito para desenvolver um ativo qualificável quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar aquele ativo para o uso pretendido ou a venda estiverem completas.

A Companhia aplica essas alterações para períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2019. A prática atual está alinhada com essas alterações.

Rumo Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Bancos conta movimento	<u>4.867</u>	<u>-</u>
	<u>4.867</u>	<u>-</u>

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos e investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento em três meses ou menos a partir da data de aquisição que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor justo e são utilizados pela Companhia na administração de seus compromissos de curto prazo. Os equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado.

6 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	<u>458.717</u>	<u>606.709</u>
	<u>458.717</u>	<u>606.709</u>

Caixa restrito

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fianças bancárias	<u>35.080</u>	<u>49.435</u>
	<u>35.080</u>	<u>49.435</u>

(i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a Selic e vencimento entre dois e cinco anos.

7 Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Clientes terceiros	<u>74.719</u>	<u>85.657</u>
Clientes partes relacionadas (Nota 10)	<u>119.462</u>	<u>74.090</u>
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	<u>(20.984)</u>	<u>(23.738)</u>
	<u>173.197</u>	<u>136.009</u>
Circulante	<u>168.143</u>	<u>136.009</u>
Não circulante	<u>5.054</u>	<u>-</u>

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
A vencer	<u>46.916</u>	<u>43.408</u>
Vencidas		
Até 30 dias	<u>8.008</u>	<u>11.905</u>
De 31 a 60 dias	<u>900</u>	<u>1.996</u>
De 61 a 90 dias	<u>153</u>	<u>1.546</u>
Mais de 90 dias	<u>18.742</u>	<u>26.802</u>
	<u>74.719</u>	<u>85.657</u>

Rumo Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A movimentação da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 1º de janeiro de 2017	24.205
Adições	4.273
Reversões e baixas	(4.740)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	23.738
Adições	6.143
Reversões e baixas	(8.897)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	20.984

8 Estoques

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Peças e acessórios	129.670	161.572
Combustíveis e lubrificantes	3.472	2.474
Almoxarifado e outros	13.153	14.907
	<u>146.295</u>	<u>178.953</u>

Abaixo movimentação da provisão de estoques obsoletos

Saldo em 1º de janeiro de 2017	-
Provisão	(14.365)
Reversões	6.218
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(8.147)
Provisão	(2.292)
Reversões	7.526
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(2.913)

9 Outros tributos a recuperar

Os ativos fiscais correntes incluem principalmente (i) efeitos fiscais que são reconhecidos na demonstração do resultado quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Créditos federais a compensar PIS/COFINS	115.539	118.999
ICMS ⁽ⁱ⁾	55.715	45.870
ICMS CIAP ⁽ⁱⁱ⁾	94.285	91.299
Outros	131	105
	<u>265.670</u>	<u>256.273</u>
Circulante	37.734	63.120
Não circulante	227.936	193.153
	<u>265.670</u>	<u>256.273</u>

(i) Crédito de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizado no transporte.

(ii) Crédito de ICMS oriundo de aquisições de ativo imobilizado.

Rumo Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

10 Partes relacionadas

a) Resumo dos saldos do balanço com partes relacionadas:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativos		
Contas a receber de clientes		
Rumo S.A	10.592	5.615
Elevações Portuárias S.A.	7.009	4.087
Rumo Malha Paulista S.A.	27.469	17.473
Rumo Malha Oeste S.A.	9.986	2.135
Rumo Malha Norte S.A.	57.631	36.018
Brado Logística S.A	4.055	5.400
Raízen Combustíveis S.A	2.214	2.769
Outros	506	593
	119.462	74.090
Adiantamento a fornecedores		
Rumo Armazéns Gerais	-	869
	-	869
Ativo circulante	119.462	74.959
Adiantamento a fornecedores		
Raízen Energia S.A	9.051	6.113
Portofer Transporte Ferroviário Ltda.	-	77
	9.051	6.190
Ativo não circulante	9.051	6.190
Total do ativo	128.513	81.149

Rumo Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Passivo		
Fornecedores		
Rumo S.A	1.109	3.294
Rumo Malha Paulista S.A.	3.782	3.092
Rumo Malha Oeste S.A.	1.623	1.486
Rumo Malha Norte S.A.	1.298	1.259
Brado Logística S.A	90	227
Raízen Energia S.A	3.553	5.143
Raízen Combustíveis S.A	42.468	42.421
Outros	2.772	2.618
	<u>56.696</u>	<u>59.540</u>
Adiantamento de clientes		
Rumo Malha Oeste S.A.	20.000	-
Rumo Malha Norte S.A.	56.934	-
Brado Logística S.A	-	16.145
	<u>76.934</u>	<u>16.145</u>
Passivo circulante	<u>133.630</u>	<u>75.685</u>
Adiantamento de clientes		
Rumo Malha Paulista S.A.	-	36.595
Rumo Malha Oeste S.A.	47.063	82.691
Rumo Malha Norte S.A.	-	113.334
	<u>47.063</u>	<u>232.620</u>
Mútuo		
Rumo Malha Norte S.A.	649.639	1.158.869
	<u>649.639</u>	<u>1.158.869</u>
Passivo não circulante	<u>696.702</u>	<u>1.391.489</u>
Total do passivo	<u>830.332</u>	<u>1.467.174</u>

Rumo Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Resumo das transações com partes relacionadas:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita operacional líquida ⁽ⁱ⁾		
Rumo Malha Norte S.A.	38.887	29.002
Rumo Malha Paulista S.A.	41.384	46.889
Rumo Malha Oeste S.A.	24.956	18.476
Brado Logística S.A	22.562	17.937
Raízen Energia S.A.	14.351	7.676
Raízen Combustíveis S.A.	77.159	65.793
Outras	<u>1</u>	<u>4</u>
	219.300	185.777
Compras de serviços		
Rumo Malha Norte S.A.	(1.945)	(3.943)
Rumo Malha Paulista S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	(33.482)	(41.376)
Rumo Malha Oeste S.A.	(5.774)	(8.961)
Brado Logística S.A	(1.838)	(1.936)
Cosan Lubrificantes e Especialidades ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(15.393)	(31.542)
Raízen Combustíveis S.A. ^(iv)	<u>(367.955)</u>	<u>(320.578)</u>
	(426.387)	(408.336)
Receitas / Despesas compartilhadas ^(v)		
Rumo Malha Norte S.A.	117.639	49.326
Rumo Malha Paulista S.A.	29.901	22.536
Rumo Malha Oeste S.A.	14.831	5.791
Elevações Portuárias S.A.	5.530	4.065
Raízen Energia S.A.	(17.633)	(17.511)
Rumo S.A.	4.409	(4.660)
Cosan S.A.	<u>(2.785)</u>	<u>1.354</u>
	151.892	60.901
Resultado financeiro		
Rumo Malha Norte S.A.	<u>(90.770)</u>	<u>(119.003)</u>
	(90.770)	(119.003)

(i) Receita referente a prestação de serviços de transportes ferroviários, contratado em condições de mercado.

(ii) Despesa com transporte ferroviário, contratado em condições de mercado.

(iii) Aquisição de lubrificantes junto à Cosan Lubrificantes, adquiridos em condições de mercado.

(iv) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) junto à Raízen Combustíveis e suas controladas, adquiridos em condições de mercado.

(v) Referem-se a rateios corporativos e do centro de serviços compartilhados Raízen.

c) Remuneração da administração

A remuneração fixa e variável das pessoas chave da administração registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$6.669 (R\$7.329 em 31 de dezembro de 2017), sendo toda remuneração classificada como benefícios de curto prazo.

Rumo Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

11 Imobilizado

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamento s e instalações	Vagões e locomotivas (i) / (ii)	Via permanente (i)	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Valor de custo:							
Saldo em 1º de janeiro de 2018	198.854	304.142	2.738.655	2.160.463	220.984	111.376	5.734.474
Adições	-	-	-	-	560.073	-	560.073
Baixas	-	(12.967)	(107.389)	-	(1.373)	(5.999)	(127.728)
Transferências	2.784	16.480	148.006	284.943	(461.579)	3.111	(6.255)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	201.638	307.655	2.779.272	2.445.406	318.105	108.488	6.160.564
Valor de depreciação:							
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(136.796)	(164.332)	(1.550.047)	(1.093.760)	-	(99.185)	(3.044.120)
Adições	(4.202)	(20.118)	(231.536)	(178.681)	-	(3.242)	(437.779)
Baixas	-	12.908	106.882	-	-	5.999	125.789
Transferências	-	29	336	-	-	28	393
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(140.998)	(171.513)	(1.674.365)	(1.272.441)	-	(96.400)	(3.355.717)
Saldo em 1º de janeiro de 2018	62.058	139.810	1.188.608	1.066.703	220.984	12.191	2.690.354
Saldo em 31 de dezembro de 2018	60.640	136.142	1.104.907	1.172.965	318.105	12.088	2.804.847

Rumo Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas ⁽ⁱ⁾ / ⁽ⁱⁱ⁾	Via permanente ⁽ⁱ⁾	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Valor de custo:							
Em 01 de janeiro de 2017	192.543	274.142	2.387.034	1.916.802	245.055	103.652	5.119.228
Adições	-	-	-	1	771.100	-	771.101
Baixas	-	(19.741)	(106.175)	-	(16.921)	-	(142.837)
Transferências	6.311	49.741	457.796	243.660	(778.250)	7.724	(13.018)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	198.854	304.142	2.738.655	2.160.463	220.984	111.376	5.734.474
Valor de depreciação:							
Em 01 de janeiro de 2017	(132.012)	(155.946)	(1.400.364)	(934.242)	-	(96.207)	(2.718.771)
Adições	(3.943)	(28.083)	(243.485)	(147.304)	-	(4.533)	(427.348)
Baixas	-	19.714	80.722	-	-	-	100.436
Transferências	(841)	(17)	13.080	(12.214)	-	1.555	1.563
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(136.796)	(164.332)	(1.550.047)	(1.093.760)	-	(99.185)	(3.044.120)
Em 01 de janeiro de 2017	60.531	118.196	986.670	982.560	245.055	7.445	2.400.457
Saldo em 31 de dezembro de 2017	62.058	139.810	1.188.608	1.066.703	220.984	12.191	2.690.354

(i) Inclui benfeitorias em bens arrendados e arrendamento mercantil financeiro.

(ii) Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, vagões e locomotivas no montante de R\$ 553.239 foram dados em fiança para garantir empréstimos bancários (Nota 12)

Análise de perda ao valor recuperável

Ativos imobilizados e ativos intangíveis de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Para fins de análise de *impairment* foram definidas como unidades geradoras de caixa os contratos de concessão. A data base para avaliação e testes anuais é 30 de setembro.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não identificamos indicadores de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados e intangíveis de vida útil definida.

Rumo Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

12 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Descrição	Encargos financeiros		31/12/2018	31/12/2017	Vencimento
	Indexador (i)	Taxa média anual de juros			
Empréstimos e					
Bancos Comerciais	Pré-fixado (US\$)	5,33%	-	81.808	set/18
Finem (BNDES)	URTJLP	8,83,%	1.131.836	678.324	dez/2025
Finame (BNDES)	Pré-fixado	6,00%	383.133	446.250	jan/2022
			1.514.969	1.206.382	
Debêntures					
Debêntures não convertíveis	108,00% do CDI	6,92%	-	57.172	mai/2018
			-	57.172	
Total			1.514.969	1.263.554	
Circulante			274.270	331.495	
Não circulante			1.240.699	932.059	

- (i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O CDI ou Taxa DI *Over* (CDI *Over*) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras.

Todos os empréstimos e financiamentos são garantidos por avais da Companhia, nos mesmos montantes e condições do total financiado, inclusive para financiamentos de locomotivas e vagões, nos quais os bens financiados são dados em garantia.

Alguns contratos de financiamento com o BNDES, destinados a investimentos, são também garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com o custo médio de 2,09% a.a. ou por garantias reais (bens) e conta caução. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo de fianças bancárias contratado era de R\$1.150.699 (R\$1.183.208 em 31 de dezembro de 2017).

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 6,40% e TJLP de 6,98%.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2018	31/12/2017
13 a 24 meses	358.064	273.333
25 a 36 meses	273.883	259.828
37 a 48 meses	183.721	187.029
49 a 60 meses	162.848	84.443
61 a 72 meses	162.848	63.713
73 a 84 meses	99.335	63.713
	1.240.699	932.059

Rumo Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Reais (R\$)	1.514.969	1.181.746
Dólar (US\$)	-	81.808
Total	<u>1.514.969</u>	<u>1.263.554</u>

Abaixo as movimentações ocorridas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

Saldo em 01 de janeiro de 2017	1.341.684
Captação	210.328
Amortização de principal	(302.363)
Pagamento de juros	(96.249)
Atualização monetária, cambial e valor justo	110.154
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>1.263.554</u>
Captação	652.182
Amortização de principal	(409.434)
Pagamento de juros	(81.173)
Atualização monetária, cambial e valor justo	89.840
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>1.514.969</u>

BNDES

Correspondem a recursos captados destinados ao financiamento dos projetos de expansão do segmento de logística e são destinados a investimentos no ativo imobilizado e ativo intangível. Os contratos firmados têm como garantia avais da Companhia, fianças bancárias e a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos.

- FINAME – Financiamento de Máquinas e Equipamentos, intermediados por diversas instituições financeiras, destinados a investimentos no ativo imobilizado. Esses financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.
- FINEM – Financiamento de Empreendimentos, intermediados por diversas instituições financeiras, destinados à implantação, ampliação, recuperação e modernização de ativos fixos. Esses financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.

Em 27 de dezembro de 2018, através de sua subsidiária Rumo Malha Sul, houve captação de recursos no valor R\$609.302 com vencimento em 15 de dezembro de 2025, e sobre o saldo devedor incidirá juros de TJLP + 2,10% a.a.

Linha de crédito não utilizada

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tinha disponível linhas de créditos de financiamento junto ao BNDES, não utilizadas, no montante total de R\$ 43.618 (R\$ 61.820 em 31 de dezembro de 2017).

Rumo Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Cláusulas Restritivas (“financial covenants”)

A Companhia, juntamente com sua controladora Rumo, está sujeita a determinadas cláusulas contratuais, sob os termos das principais linhas de empréstimos. As principais e mais restritivas cláusulas que a Companhia está obrigada a cumprir estão demonstradas no quadro a seguir, e os indicadores são medidos de forma consolidada na controladora Rumo:

Meta	Índice
Dívida Financeira Líquida/ EBITDA \leq 4,0x em dezembro de 2018	2,06
EBITDA/ Resultado Financeiro Consolidado \geq 1,40x em dezembro de 2018	2,68

13 Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(288.127)	(455.905)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	97.963	155.008
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	(440)	(369)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas ⁽ⁱ⁾	(97.523)	(154.639)
Outros	14	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>14</u>	<u>-</u>
Taxa efetiva	<u>0,00%</u>	<u>0,00%</u>

- i. Refere-se principalmente a prejuízos fiscais e diferenças temporárias da Companhia, que nas condições atuais não reúnem os requisitos para a contabilização do referido ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos pela falta de previsibilidade de geração futura de lucros tributários.

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Créditos ativos de:		
Prejuízos fiscais de IRPJ	444.942	397.403
Base negativa de contribuição social	160.010	142.896
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	108.843	102.059
Provisão <i>impairment</i>	124.063	140.529
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas	11.680	12.617
Resultado não realizado com derivativos	352	1.711
Provisões para não realização de impostos	9.702	7.626
Provisões de participações no resultado	21.223	13.597
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	218.634	184.168
Diferenças temporárias sobre outras provisões	36.323	39.862
Arrendamento	23.373	18.860
Outros	5.673	5.276
Tributos diferidos - Ativos	<u>1.164.818</u>	<u>1.066.604</u>
(-) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos	<u>(1.164.818)</u>	<u>(1.066.604)</u>
Total de tributos diferidos registrados	<u>-</u>	<u>-</u>

Rumo Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

14 Fornecedores

O saldo dos fornecedores da Companhia é composto por:

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores de serviços e materiais	125.292	130.550
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	47.621	42.789
Outros	10.010	39.618
Total	182.923	212.957
Fornecedores	126.227	153.417
Fornecedores de partes relacionadas (Nota 10)	56.696	59.540
	182.923	212.957

15 Provisão para demandas judiciais

	Provisão para demandas judiciais	
	31/12/2018	31/12/2017
Tributárias	46.376	39.781
Cíveis, regulatórias e ambientais	69.032	70.501
Trabalhistas	134.507	121.607
	249.915	231.889
	Depósitos judiciais	
	31/12/2018	31/12/2017
Tributárias	13.487	981
Cíveis, regulatórias e ambientais	11.934	14.042
Trabalhistas	48.253	38.189
	73.674	53.212

Movimentação da provisão das demandas judiciais:

	Tributária	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	45.893	79.785	118.879	244.557
Provisionados no exercício	270	2.760	11.926	14.956
Baixas por reversão / pagamento	(2.547)	(9.026)	(12.842)	(24.415)
Atualização / reversão monetária ⁽ⁱ⁾	(3.835)	(3.018)	3.644	(3.209)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	39.781	70.501	121.607	231.889
Provisionados no exercício	12.614	6.969	19.362	38.945
Baixas por reversão / pagamento	(2.560)	(4.819)	(6.472)	(13.851)
Atualização / reversão monetária ⁽ⁱ⁾	(3.459)	(3.619)	10	(7.068)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	46.376	69.032	134.507	249.915

(i) Inclui baixa de juros.

Rumo Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Tributárias

Processos judiciais considerados prováveis de perdas, portanto provisionados:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
ICMS Exportação	33.806	39.772
INSS	12.542	-
Outros	28	9
	<u>46.376</u>	<u>39.781</u>

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Operações financeiras no exterior ⁽ⁱ⁾	290.220	280.414
ICMS - Exportação ⁽ⁱⁱ⁾	150.587	87.450
MP 470 parcelamento de débitos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	112.666	110.098
Compensação com crédito prêmio ^(iv)	43.121	41.350
IRPJ/CSLL ^(v)	49.235	47.562
CSRF/IRRF Lei 13.043/2014 ^(vi)	21.974	-
Outros	63.323	64.122
	<u>731.126</u>	<u>630.996</u>

- (i) Autos de infração emitidos pela Receita Federal em 2011 e 2013 contra a Companhia relativos a: a) glosa de despesa de ágio com base em rentabilidade futura, bem como de despesas financeiras; e b) não tributação de suposto ganho de capital na alienação de participação societária em empresa do mesmo grupo econômico.
- (ii) Os fiscos estaduais autuaram as malhas pela não tributação pelo ICMS nas faturas de prestação de serviços de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996.
- (iii) A Receita Federal indeferiu parcialmente os pedidos de parcelamento de débitos tributários federais efetuados pela Rumo Malha Sul, sob o argumento de que os prejuízos fiscais oferecidos pelas empresas não eram suficientes para quitação dos respectivos débitos. A probabilidade de perda é considerada como possível, já que os prejuízos apontados existiam e estavam disponíveis para essa utilização.
- (iv) A Rumo Malha Sul transmitiu dezenove declarações de compensação (DCOMP) via sistema eletrônico PERD/COMP, referente a "crédito-prêmio", utilizando crédito adquirido de terceiro (Fibra S/A Indústria e Comércio e outros). Tais Dcomps por se referirem a crédito de terceiros e também a "crédito - prêmio", de acordo com a legislação vigente, foram consideradas como não declaradas em Despacho decisório constante do processo administrativo, com ciência ao contribuinte em 24/09/2013, ensejando assim a aplicação de multa de 75% em atendimento ao art. 18, §4º da Lei nº 10.833/2003. Aguarda-se ajuizamento de Execução Fiscal (fase pré-judicial).
- (v) Refere-se ao processo administrativo decorrente de autos de infração lavrados para a cobrança do Imposto sobre Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), relativos aos anos-base de 2011, 2012 e 2013, cumulados com juros de mora e multas qualificada e isolada.

Rumo Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Cíveis, regulatórias e ambientais

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Cíveis	332.707	212.429
Regulatórias	465.405	406.568
Ambientais	217.466	175.935
	<u>1.015.578</u>	<u>794.932</u>

- (i) A Companhia é parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos ações indenizatórias em geral, tais como: abalroamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes. Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequados, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá vir a ser exigido para liquidar as ações.
- (ii) Referem-se principalmente a multas e discussões junto a ANTT.
- (iii) Tais valores decorrem de autuações feitas pela CETESB (SP), IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente.

c) Trabalhistas

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Reclamações trabalhistas	284.296	281.219
	<u>284.296</u>	<u>281.219</u>

- (i) A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. Das ações em andamento, os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, adicional noturno, insalubridade e de periculosidade, eventual descumprimento de normas regulamentadoras do MTE, reintegração de emprego, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais e outros.

Rumo Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

16 Arrendamentos e concessões

A Companhia reconhece suas despesas relacionadas aos contratos operacionais de arrendamento e concessão, linearmente, de acordo com o decorrer dos prazos dos contratos.

O passivo de arrendamento e concessão equivale ao valor corrigido das outorgas, líquido dos pagamentos efetuados até a data do balanço, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Valores a pagar:</u>		
Arrendamento	31.546	36.136
Concessão	29.215	29.414
	60.761	65.550
Circulante	25.307	24.129
Não circulante	35.454	41.421

17 Adiantamento de clientes

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Clientes	542	142
Clientes partes relacionadas (Nota 10) ⁽ⁱ⁾	123.997	248.765
Total	124.539	248.907
Circulante	77.476	16.288
Não circulante	47.063	232.619
	124.539	248.907

- (i) Adiantamento referente a despesas compartilhadas com as demais empresas do grupo, com o cronograma de liquidação prevista em contrato.

18 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social integralizado da Companhia é de R\$2.695.633 em 31 de dezembro de 2018 (R\$2.502.181 em 31 de dezembro de 2017), sendo assim constituído (em milhões de ações):

Ordinárias	45.035.110
Preferenciais	68.516.168
	113.551.278

As ações preferenciais não terão direito de voto e gozam de prioridade no reembolso de capital sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

O AFAC registrado no patrimônio líquido da Companhia refere-se a um acordo de conversão de uma quantidade fixa de ações a um preço fixo previamente estabelecido. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui um saldo de AFAC de R\$2.050.000 (R\$1.543.452 em 31 de dezembro de 2017).

Rumo Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

19 Resultado por ação

O prejuízo básico por ação é calculado dividindo o prejuízo líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos. Não foram identificados itens com possíveis efeitos dilutivos, portanto, o lucro básico e diluídos são iguais.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do prejuízo por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017:

Básico e diluído	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Numerador		
Resultado líquido do exercício	(288.113)	(455.905)
Por ação ordinária	(114.267)	(180.815)
Por ação preferencial (incluso remuneração adicional de 10%)	(173.846)	(275.090)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	233.959.382.35	80.193.026.023
Média ponderada de número de ações preferenciais	355.944.514.01	122.005.227.52
Resultado básico e diluído:		
Por ação ordinária	(0,0000005)	(0,0000023)
Por ação preferencial	(0,0000005)	(0,0000023)

20 Receita operacional líquida

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita bruta na venda de serviços	1.492.655	1.352.425
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(120.625)	(137.909)
Receita operacional líquida	1.372.030	1.214.516

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportada ou elevada. Os serviços prestados pela Companhia possuem curtíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados.

Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

Transporte	1.347.786	1.200.017
Outros	24.244	14.499
Receita operacional líquida	1.372.030	1.214.516

Rumo Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

21 Custos e despesas por natureza

A reconciliação do resultado por natureza/finalidade está detalhada como segue:

a) Despesas por natureza:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Despesas com pessoal	(335.739)	(259.700)
Depreciação e amortização	(444.736)	(432.724)
Despesas com serviços de terceiros	(138.295)	(169.276)
Outras despesas	(10.420)	(58.005)
Material de uso e consumo	(19.600)	(29.304)
Arrendamento mercantil	(710)	(197)
Arrendamento e concessão	(98.902)	(96.637)
Despesas com transporte e elevação	(353.375)	(307.455)
	<u>(1.401.777)</u>	<u>(1.353.298)</u>

b) Classificados como:

Custo dos serviços prestados	(1.338.698)	(1.245.291)
Despesas comerciais	(7.443)	(10.285)
Despesas gerais e administrativas	(55.636)	(97.722)
	<u>(1.401.777)</u>	<u>(1.353.298)</u>

22 Resultado financeiro

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária	(73.224)	(107.993)
Variação cambial líquida sobre dívidas	(15.763)	(1.157)
Resultado com derivativos e valor justo	12.322	(1.875)
Amortização do gasto de captação	(1.471)	(1.171)
Fianças e garantias sobre dívidas	(27.638)	(34.006)
	<u>(105.774)</u>	<u>(146.202)</u>
Rendimento de aplicação financeira	<u>22.902</u>	<u>9.835</u>
	22.902	9.835
Custo da dívida, líquida	<u>(82.872)</u>	<u>(136.367)</u>
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	4.615	1.236
Arrendamento e concessão	(4.977)	(3.442)
Arrendamento mercantil	(10.138)	(23.399)
Despesas bancárias e outros	(4.881)	(7.858)
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(38.124)	(16.105)
Variação cambial	(1.356)	(636)
Juros sobre mútuo	(90.770)	(119.003)
Juros sobre outras obrigações	(14.315)	(21.783)
	<u>(159.946)</u>	<u>(190.990)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(242.818)</u>	<u>(327.357)</u>
Despesas financeiras	(265.537)	(334.938)
Receitas financeiras	27.516	11.249
Variação cambial	(17.119)	(1.793)
Derivativos	12.322	(1.875)
Resultado financeiro, líquido	<u>(242.818)</u>	<u>(327.357)</u>

Rumo Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

23 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Constituição de provisão para demandas judiciais	(28.776)	(6.894)
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	(261)	415
Recuperação de sinistros	-	863
Outras receitas líquidas	<u>13.475</u>	<u>15.850</u>
	<u>(15.562)</u>	<u>10.234</u>

24 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho fornece princípios escritos para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto.

A política da empresa é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora que o retorno sobre o capital é adequado para cada um de seus negócios.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra essas áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (a) Risco de crédito;
- (b) Risco de liquidez; e
- (c) Risco de mercado

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia, a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco.

Rumo Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os valores contábeis e a separação por categoria dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	458.717	606.709
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.008
	<u>458.717</u>	<u>608.717</u>
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	4.867	-
Contas a receber de clientes	173.197	136.009
Caixa restrito	35.080	49.435
	<u>213.144</u>	<u>185.444</u>
Total	<u>671.861</u>	<u>794.161</u>
Passivos		
Custo amortizado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.514.969	1.181.746
Arrendamento mercantil	9.053	20.609
Fornecedores	182.923	212.957
Outros passivos financeiros	104.250	92.443
Pagáveis a partes relacionadas	649.639	1.158.869
Parcelamento de débitos - REFIS	6.575	12.101
	<u>2.467.409</u>	<u>2.678.725</u>
Valor justo por meio do resultado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	81.808
	-	81.808
Total	<u>2.467.409</u>	<u>2.760.533</u>

Durante o exercício, não houve reclassificação entre categorias, o valor justo por meio do resultado e custo amortizado apresentado acima.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho de Administração acompanha o Gerenciamento de Risco através de reportes da Alta Administração da Companhia, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Administração através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca manter um ambiente de disciplina e controle no quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da controladora supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos a que a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

Rumo Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Todas as atividades com derivativos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com as habilidades, experiência e supervisões apropriadas. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

(a) Risco de crédito

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱⁱ⁾	4.867	-
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱⁱ⁾	458.717	606.709
Caixa restrito ⁽ⁱⁱ⁾	35.080	49.435
Contas a receber de clientes ⁽ⁱ⁾	173.197	136.009
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱⁱ⁾	-	2.008
	<u>671.861</u>	<u>794.161</u>

- (i) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data de reporte em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos. A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros.

- (ii) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é o valor registrado, como demonstrado na nota 12, com exceção das garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos. A exposição máxima em relação a garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos são apresentados no quadro de liquidez abaixo.

O risco de crédito sobre caixa e equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros é determinado por instrumentos de *rating* amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos como segue:

	<u>31/12/2018</u>
AA	39.489
AAA	459.175
Total	<u>498.664</u>

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Rumo Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

					31/12/2018	31/12/2017
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos, financiamentos e Fornecedores	(373.852)	(439.243)	(746.348)	(285.454)	(1.844.89)	(1.474.65)
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾	(182.923)	-	-	-	(182.923)	(212.957)
Parcelamento de débitos - REFIS	(104.250)	-	-	-	(104.250)	(92.443)
Arrendamento mercantil	(6.529)	(816)	165	(983)	(8.163)	(13.012)
Instrumento financeiro derivativo	(10.152)	(959)	-	-	(11.111)	(32.927)
Pagáveis a partes relacionadas	-	-	-	-	-	-
	-	(649.639)	-	-	(649.639)	(1.158.86)
	<u>(677.706)</u>	<u>(1.090.657)</u>	<u>(746.183)</u>	<u>(286.437)</u>	<u>(2.800.98)</u>	<u>(2.984.85)</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2018 o saldo antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$94.765 (R\$92.443 em 31 de dezembro de 2017). Essas operações tiveram o Banco Itaú e Banco Bradesco como contraparte, a uma taxa média de 7,75% a.a. O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, é de 3 meses.

(c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado – tais como as taxas de câmbio e taxas de juros – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

A Companhia utilize derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, a Companhia busca aplicar contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

I. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial em ativos e passivos denominados em Dólares americanos (US\$):

	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	(81.808)
Instrumentos financeiros derivativos	-	81.808
Exposição cambial, líquida	<u>-</u>	<u>-</u>

Rumo Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

II. Risco de taxa de juros

A Companhia monitoram as flutuações das taxas de juros variáveis de algumas dívidas, principalmente aquelas vinculadas ao risco de CDI/TJLP, e pode utilizar instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos.

Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de juros:

A Companhia utiliza os seguintes cenários para as taxas de juros:

	31/12/2018				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	7,65%	9,56%	11,48%	5,74%	3,83%
CDI	7,65%	9,56%	11,48%	5,74%	3,83%
TJLP	6,40%	8,00%	9,60%	4,80%	3,20%
IPCA	4,12%	5,15%	6,18%	3,09%	2,06%

O cenário provável considerado pela Companhia utiliza as projeções de mercado feitas por consultoria externa especializada (Tendências).

A análise de sensibilidade a seguir demonstra no cenário provável o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis.

Os cenários com aumento e diminuição nas taxas de juros de 25% e 50% apresentam o efeito incremental em relação ao cenário provável:

Exposição taxa de juros ⁽ⁱ⁾	31/12/2018				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	372	93	186	(93)	(186)
Títulos e valores mobiliários	35.092	2.685	205	(2.685)	(205)
Caixa restrito	2.684	671	1.342	(671)	(1.342)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(72.328)	(18.082)	(36.164)	18.082	36.164
Arrendamento mercantil	(534)	(112)	(223)	112	223
Impactos no resultado do exercício	(34.714)	(14.745)	(34.654)	14.745	34.654

- (i) Os índices de CDI e TJLP considerados: 6,39% a.a. e 6,56% a.a., respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros representa o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de títulos e bônus negociáveis é baseado nas cotações de preço na data das demonstrações financeiras. O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.

Rumo Malha Sul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

O valor justo dos demais empréstimos e financiamentos, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estejam sujeitos a taxas de juros variáveis, veja detalhes na nota 12.

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado utilizando técnicas de avaliação e dados de mercado observáveis. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos consideram diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo, curvas das taxas de juros.

Para mensurar o risco de crédito das partes envolvidas nos instrumentos derivativos, a Companhia utiliza a estrutura a termo de taxa de juros divulgado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“B3”) e acrescenta taxas de desconto que refletem o risco de crédito contraparte que são aplicados em cada um dos vencimentos no cálculo do valor justo de todos os instrumentos financeiros. A Companhia adota os ratings das contrapartes para os fluxos positivos e o seu próprio rating para os fluxos negativos, disponíveis no mercado e divulgados por agências renomadas de rating, como premissa necessária para extrair a probabilidade de *default*.

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	Ativos e passivos mensurados ao valor justo			
	Valor contábil		31/12/2018	31/12/2017
	31/12/2018	31/12/2017	Nível 2	Nível 2
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	458.717	606.709	458.717	606.709
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.008	-	2.008
Total	458.717	608.717	458.717	608.717
Passivo				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	81.808	-	81.808
Total	-	81.808	-	81.808